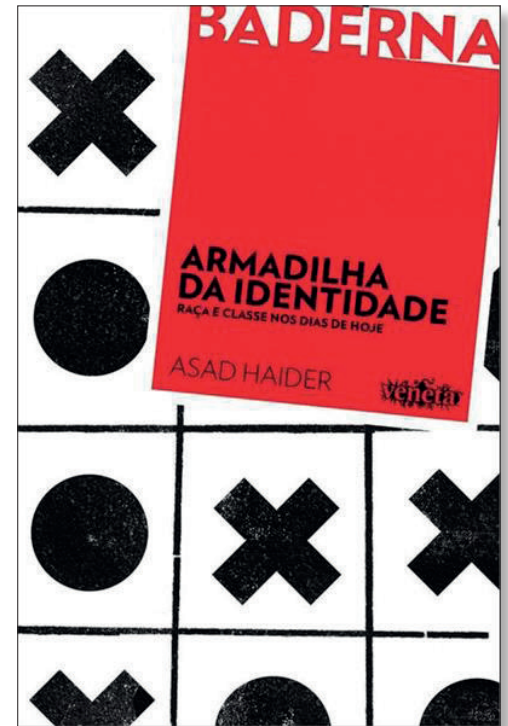


# ARMADILHA DA IDENTIDADE: RAÇA E CLASSE NOS DIAS ATUAIS

■ por Giovane Dutra Zuanazzi e Laurem Janine Pereira de Aguiar

O livro perfaz um caminho que, ao recuperar a história de conceitos muito em voga hoje, tais como política identitária e interseccionalidade, ao mesmo tempo em que estabelece uma perspectiva materialista histórica, **trava um duro combate tanto contra o que no Brasil comumente se denomina como identitarismo**, quanto contra aqueles que defendem uma predominância abstrata da categoria de classe



**S**e pudéssemos definir *Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje* em apenas duas palavras, diríamos que se trata de um livro **rigorosamente crítico**. Asad Haider, doutor em História e editor da *ViewPoint Magazine*, produziu uma instigante síntese entre a história da luta anticapitalista e antirracista nos Estados Unidos, recuperando trajetórias e debates esquecidos ou deturpados. Com base neste legado, constrói uma narrativa que interlaça sua experiência pessoal enquanto estadunidense descendente de imigrantes paquistaneses, a história do racismo, do colonialismo e

do capitalismo, ao lado de uma análise da conjuntura atual.

O livro, intitulado originalmente *Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump*, foi publicado no Brasil, em 2019, pela editora Veneta, um ano após o original. Além da adaptação do título, a versão brasileira conta uma ótima tradução, indispensáveis notas de rodapé e com um excelente prefácio assinado por Silvio Luiz de Almeida. Dividido em introdução e mais seis capítulos, o livro perfaz um caminho que, ao recuperar a história de conceitos muito em voga hoje, tais como política identitária e interseccionalidade, ao mesmo tempo em que estabelece uma perspectiva

materialista histórica, trava um duro combate tanto contra o que no Brasil comumente se denomina como identitarismo, quanto contra aqueles que defendem uma predominância abstrata da categoria de classe.

Haider demonstra como as duas perspectivas se retroalimentam ao contraporem artificial e superficialmente raça e classe, abordando-as como categorias sem história. Ambas as visões, intencionalmente ou não, acabam comprometidas com a manutenção da ordem capitalista: os identitários por reduzirem a política à afirmação de determinadas identidades, buscando uma inclusão dentro da ordem, minimizando

ou ignorando o fato de que é esta própria ordem a geradora do racismo e das desigualdades; os defensores de uma classe trabalhadora abstrata por desconSIDERAREM a centralidade da raça como mecanismo de manutenção do sistema e como determinante da experiência da própria classe que dizem defender.

### Armadilha, armadilhas

‘Identidade’ é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram” (HAIDER, 2019, p. 38).

Os argumentos de Haider, ancorados em situações vivenciadas pelo mesmo e/ou em debates travados no passado, trazem à luz diferentes armadilhas construídas ao abordar a identidade sem considerar suas relações sociais constituintes. Uma das armadilhas é ignorar o fato de que todas as pessoas possuem identidade. Mesmo a branquidade, tida como padrão em nossa sociedade, é também é uma forma de identidade particular, que só existe de maneira relacional, interagindo com outras identidades. Ou seja, a identidade é um fenômeno social: tanto a branquidade quanto a negritude nasceram e se reproduzem com base no racismo, não sendo simples nomes para diferenças “biológicas”. De certa forma, justamente pela identidade não ser uma

característica exclusiva de determinado grupo, o identitarismo também manifesta-se de distintas maneiras e em defesa de identidades diferentes – inclusive, e destacadamente, em defesa de uma “raça branca”.

O próprio conceito moderno de raça, como demonstra Haider, está vinculado à expansão do capitalismo e do colonialismo. Ignorar esta história é cair em outra das armadilhas possíveis. Por isso, baseado nos trabalhos de historiadoras como Barbara Fields e Nell Painter, o autor sustenta a hipótese de que o grande negócio da escravidão e da associação da mesma à raça negra não foi a produção da supremacia branca, mas a produção de algodão, açúcar, arroz e tabaco. Dito de outra maneira, a supremacia branca foi uma das formas de dominação encontradas pelas elites coloniais para tentar bloquear questionamentos à ordem.

É este o movimento feito pelo autor ao retomar estudos sobre a história da raça branca, demonstrando que a própria ideia de uma raça branca, nos Estados Unidos, forma-se apenas no final do século XVII. Isso não significa, de acordo com Haider, a inexistência anterior do racismo. Significa, sim, que o racismo gerou a “raça branca” e a “raça negra” – e não o contrário. E, no caso estadunidense, esta divisão conformou poderosas ferramentas para evitar a união entre trabalhadores euro-americanos e afro-americanos – ambos, até este momento, submetidos, em maior medida, à servidão por dívida do que à escravidão. A Revolta de Bacon, de 1676, é tida como um ponto de virada na estratégia de dominação e exploração da classe dos fazendeiros. A revol-

ta, que resultou em uma aliança entre trabalhadores afro-americanos e euro-americanos, constituiu “um momento decisivo no longo e complexo processo de invenção da raça branca como forma de controle social” (HAIDER, 2019, p. 86).

É com base nas possíveis consequências desta revolta que se fortalece a opção pelo uso da mão de obra de africanos escravizados, visto que ela possibilitava uma negociação entre os fazendeiros e as classes trabalhadoras euro-americanas, concentrando a superexploração no trabalho forçado de africanos. Como afirma Haider: “essa aliança racial euro-americana foi a melhor defesa da classe dominante contra a possibilidade de uma aliança entre a classe trabalhadora euro-americana e afro-americana” (HAIDER, 2019, p. 86). Para sustentar este movimento, a classe dominante euro-americana passou a desenvolver uma ideologia que pregava a inferioridade dos africanos, racionalizando e justificando o trabalho forçado dos mesmos – o que acaba, por outro lado, incluindo o conjunto dos europeus à noção geral de “raça branca” (até então, a Europa era vista como constituída por raças diferentes e, inclusive, como no caso dos irlandeses, por raças “inferiores”).

Haider demonstra que, ao longo dos séculos, essa distinção racista gerou diversos efeitos para a classe trabalhadora. Dentre eles, pode-se destacar que, ao passo em que piorava as condições de vida dos trabalhadores negros e restringia sua liberdade, constituía uma espécie de compensação para os trabalhadores brancos – o salário público ou psicológico, como aponta W. E. B. Du

Foto: The Intercept/Divulgação



Autor norte-americano com descendência paquistanesa, Asad Haider é doutor em História e editor da *ViewPoint Magazine*

Os argumentos de Haider, ancorados em situações vivenciadas pelo mesmo e/ou em debates travados no passado, **trazem à luz diferentes armadilhas construídas ao abordar a identidade sem considerar suas relações sociais constituintes.** Ou seja, a identidade é um fenômeno social: tanto a branquidade quanto a negritude nasceram e se reproduzem com base no racismo, não sendo simples nomes para diferenças “biológicas”.

Bois e retoma Asad Haider. Os brancos, munidos deste salário, não estariam em situação tão ruim quanto a dos negros. Isso, contudo, resultou também em uma piora geral das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, visto a tendência do capitalismo de “nivelar por baixo”. Limita-se, assim, as possibilidades de reivindicação dos trabalhadores brancos, ameaçados pela substituição de trabalhadores negros já submetidos mais intensamente à superexploração e ao desemprego.

E este é um dos motivos fundamentais, muito mais do um suposto “humanismo abstrato”, que torna a luta contra a supremacia branca e o racismo uma luta pela emancipação universal. Neste sentido, é com base nesse raciocínio que Haider defende a indissociabilidade da luta antirracista e anticapitalista, recuperando o que há de melhor na tradição revolucionária estadunidense.

### **Política identitária: antítese da luta antirracista**

A perspectiva materialista histórica de Haider coloca o debate sobre identidade em outros termos. Isso ocorre não só por conta da vivacidade de seu marxismo ou pela reconstituição das origens da concepção moderna de raça, mas porque recupera o legado da luta antirracista e anticapitalista nos EUA. Retomando o fio da história, reconstrói o caminho de luta que inevitavelmente separa os atuais identitaristas dos revolucionários de ontem e hoje. Separa nacionalistas revolucionários, sempre internacionalistas, e nacionalistas reacionários. Separa o joio do trigo. Separa aqueles que enxergam na formação de uma burguesia negra ou na eleição de Barack Obama uma vitória da luta antirracista e aqueles que percebem, neste tipo de política, a própria neutralização da luta antirracista.

O resgate da história das lutas populares nos Estados Unidos, confrontando fortalezas e debilidades das trajetórias do movimento comunista estadunidense, de Malcolm X, do Coletivo Combahee River, do Partido dos Panteras Negras e de tantos outros, é um passo inicial indispensável para compreender que há uma ruptura entre posições expressas no passado, pelos revolucionários, e as defendidas hoje pelos identitaristas. Afinal, foi justamente no seio da luta anticapitalista que diversos dos conceitos e categorias, hoje utilizados incessantemente pelos identitaristas, foram forjados.

O que ocorreu, contudo, foi um processo de “desidratação”, retirando todo o seu conteúdo revolucionário. O objetivo foi o de tornar estes conceitos, e as próprias lutas que os engendraram, palatáveis e úteis ao capitalismo. Esse é o caso do próprio termo “política identitária”: o Combahee

River, primeira organização a utilizar o termo em seu formato contemporâneo, buscou afirmar identidades “particulares” para demonstrar a indissociabilidade de diferentes lutas e a necessária aliança entre a diversidade da classe trabalhadora. A intenção seguia sendo construir o socialismo, mas destacando que a revolução socialista deveria ser feminista e antirracista ao mesmo tempo – o que implicava, diretamente, na crítica às concepções que pressupunham uma classe trabalhadora homogênea.

Assim, é preciso ter nitidez acerca do contexto de surgimento e de declínio da política identitária enquanto parte da luta revolucionária. Em síntese, podemos afirmar que o livro identifica nas próprias debilidades do movimento socialista (em especial dos militantes brancos) a origem da necessidade da crítica à ideia de uma classe trabalhadora fantasmagórica e abstrata (via de regra generalizada como masculina e branca). Críticas estas que foram fortemente positivas e estavam vinculadas ao avanço da luta popular nos Estados Unidos. A progressiva cooptação e distorção dos significados desta política, contudo, intensificaram-se após as derrotas do conjunto da classe trabalhadora e de suas organizações com o avanço do neoliberalismo e o fim da União Soviética, fenômenos que estimularam e fortaleceram tendências liberais que tomavam o capitalismo como fim da história.

Neste cenário, os atuais identitaristas encontraram uma terra fértil para o caminho da divisão e da fragmentação. No campo da esquerda, ocorreu um deslocamento da centralidade da luta

coletiva. Onde antes buscava-se a união para construir uma sociedade socialista, agora busca-se o reconhecimento individual e a inclusão no capitalismo. No âmbito da direita, fez (re)surgir ou intensificar movimentos nacionalistas e defensores da supremacia branca. Em ambos os espectros, estimula-se diferentes tipos de moralismo e a fixação com as identidades individuais, como se as mesmas não fossem socialmente produzidas – não coincidentemente, uma perspectiva em total sintonia com o neoliberalismo.


O livro de Haider, desta forma, converte-se em uma importante ferramenta de luta pela chamada “universalidade insurgente”, construída em contraposição àqueles que buscam arvorar-se enquanto proprietários exclusivos de determinadas pautas e lutas. Com base no livro, é possível compreender a diferença entre a luta antirracista e a política identitária atual, apresentadas por Haider como antíteses uma da outra. Essa diferenciação, possibilitará, entre outras coisas, entender o porquê da fixação dos identitaristas com determinados “debates”.


### **Armadilha da identidade no Brasil**

O debate identitário tem ganho espaço no Brasil. Na grande mídia, nas empresas e em diversos *think tanks*. No mundo sindical, no movimento estudantil, nos partidos. Direta ou indiretamente, nos mais diversos setores da sociedade, reproduz-se uma tendência global com relação à forma e ao conteúdo do debate público e do “tipo ideal” de organização. O livro de Haider,

na atual conjuntura brasileira, torna-se uma leitura fundamental para aqueles que querem compreender as origens deste debate e pensar alternativas concretas.

O maior exemplo, todavia, encontra-se no esforço feito pelo autor em redefinir os termos do debate, resgatar a luta revolucionária estadunidense e sustentar uma crítica rigorosa ao identitarismo – sem cair no lugar-comum da centralidade abstrata da categoria de classe, demonstrando a possibilidade e a necessidade de a esquerda brasileira empreender um esforço neste sentido, com relação à própria história de nosso país e de nossas lutas. Apesar de semelhanças em nossa história e em nossa conjuntura atual, nem o Brasil e nem a questão racial brasileira pode ser compreendida a partir da realidade dos Estados Unidos.

Cabe aos revolucionários e revolucionárias brasileiras recuperar a história e o legado da luta antirracista e anticapitalista brasileira e latino-americana, a fim de perceber nossas particularidades e produzir uma análise concreta de nossa situação concreta. Afinal, o Brasil, como o mundo todo, “está com extrema necessidade de uma nova universalidade insurgente. Somos capazes de produzi-la, todos somos, por definição. O que nos falta é um programa, estratégia e táticas. Se deixarmos de lado o refúgio da identidade, essa discussão poderá começar” (HAIDER, 2019, p. 150). 

 **GIOVANE DUTRA ZUANAZZI,**  
mestrando em História (UFRGS)

 **LAUREM JANINE PEREIRA DE AGUIAR,**  
doutoranda em Serviço Social (PUCRS)